



## O ORÁCULO DE CRÁTILLO E O SONHO DE SÓCRATES: SOBRE A CORREÇÃO DOS NOMES EM PLATÃO

*Luciano Ferreira de Souza<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo oferecer uma interpretação sobre o problema da chamada “correção dos nomes”, presente no diálogo *Crátilo* de Platão. Partindo da discussão entre Sócrates e seus interlocutores, Hermógenes e Crátilo, que aparentemente está apenas num âmbito linguístico, veremos como se dá a transição para o plano ontológico e epistemológico da questão dos nomes. Minha proposta de leitura, portanto, é mostrar como Platão faz surgir, a partir de cada uma das teses apresentadas, a sua própria teoria sobre a questão dos nomes.

**Palavras-chave:** Platão, Crátilo, Convencionalismo, Naturalismo.

## THE ORACLE OF CRATYLUS AND THE DREAM OF SOCRATES: ON THE CORRECTION OF PLATO NAMES

**ABSTRACT:** This article aims to offer an interpretation of the problem of the so-called “correction of names”, present in Plato's dialogue *Cratylus*. Starting from the discussion between Socrates and his interlocutors, Hermogenes and Cratylus, which apparently is only in a linguistic sphere, we will see how the transition to the ontological and epistemological plane of the question of names takes place. My reading proposal, therefore, is to show how Plato brings out, from each of the theses presented, his own theory on the question of names.

**Keywords:** Plato, Cratylus, Conventionalism, Naturalism.

## INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

O *Crátilo* de Platão trata da “*correção dos nomes*”. Entretanto, antes de abordarmos os movimentos iniciais e finais do diálogo, objetivo desse artigo, é preciso reservar algumas linhas para brevemente resumir sua estrutura e conhecer quem são os interlocutores de Sócrates,

---

<sup>1</sup> Doutor em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo, com estágio doutoral no Centre Léon Robin sur la pensée antique, Paris IV/Sorbonne. Email: lucianoferr@alumni.usp.br

<sup>2</sup> Todas as traduções apresentadas neste artigo, tanto do grego quanto dos idiomas modernos, são do próprio autor.





pois a apresentação e a defesa das teses nele apresentadas possuem relação direta com seus defensores. Diferentemente de outros diálogos platônicos, o encontro entre as personagens se dá de maneira abrupta. Não há prólogo e, logo na primeira frase, sabemos que a discussão entre Hermógenes e Crátilo já se iniciara antes que Sócrates tomasse parte nela. Embora não tenhamos acesso ao conteúdo anterior dessa conversa, Hermógenes, com a anuência de Crátilo, se responsabiliza por compartilhá-la, não apenas a Sócrates, mas também aos leitores do diálogo, permitindo-nos conhecer o *lógos* discutido.

A respeito de Crátilo, temos o que nos foi transmitido por Aristóteles. Em seu texto<sup>3</sup>, o Estagirita relata que Platão, em sua juventude, teria se tornado familiar a Crátilo e às opiniões de Heráclito, opiniões que atestavam o fluxo de todas as coisas sensíveis e a impossibilidade do conhecimento dessas coisas. Em outra passagem<sup>4</sup>, Aristóteles afirma que Crátilo teria levado às últimas consequências a ideia do fluxo perpétuo contida na máxima heraclitiana da impossibilidade de “entrar duas vezes em um mesmo rio”, a que nem mesmo uma vez se poderia entrar nele. A crença de Crátilo na mobilidade das coisas sensíveis tem como consequência a impossibilidade de um discurso verdadeiro, ou seja, nada poderia ser verdadeiramente afirmado, ou conhecido, ponto importante a ser discutido nesse artigo. Curiosamente, Crátilo, partidário radical dessa teoria, teria abandonado o uso das palavras e, dado o testemunho de Aristóteles, se limitado “*somente a apontar o dedo*”<sup>5</sup> ao referir-se às coisas por elas nomeadas.

Essa caracterização feita por Aristóteles é importante para o nosso diálogo, pois quando Crátilo participa da discussão, Platão geralmente faz uso do pronome demonstrativo junto ao seu nome, indicando ou apontando para ele no momento da fala, de modo a deixar claro que Crátilo está presente. Outro traço marcante de sua “personalidade”, consequência desse abandono do uso das palavras, é a sua permanência em silêncio durante quase todo o diálogo, atitude dramática que será, em momento oportuno, alvo da ironia socrática. O outro

---

<sup>3</sup> Aristóteles, *Metafísica*, A.6, 987a31.

<sup>4</sup> Aristóteles *Metafísica*, A.5, 1010 a7.

<sup>5</sup> Aristóteles, *Metafísica*, 4.5.14 (1010a10-15)



interlocutor, Hermógenes<sup>6</sup>, aparece em *Fédon* 59b, como um dos acompanhantes de Sócrates nos últimos momentos que antecederam a sua execução, e Xenofonte, em *Simpósio* I 3 ss., também o cita como um dos seguidores de Sócrates.

Como dito acima, a investigação no *Crátilo* se dá acerca da “correção dos nomes” (περι ὀνομάτων ὀρθότητος). O termo *correção* (ὀρθότητος) não deve ser entendida como algo errado e que deve ser corrigido, mas sim em seu sentido de “retidão”, “de caráter verdadeiro”. Estabelecida a sinonímia entre correção e verdade, é mister definir o significado dado ao termo “*onomáton*” (ὀνομάτων), aquilo cujo peso da tradição consagrou traduzir por “nomes”:

Em grego, especialmente após o declínio da palavra ἔπος [...], ὄνομα era a palavra mais comum e “normal” para indicar uma entidade linguística singular; assim, a palavra ὄνομα tem (especialmente no plural), um significado menos específico, indicando elementos de um discurso. (HOEKSTRA; SCHEPPERS, 2003. p. 57)

Não há, em grego, um termo correspondente ao genérico “palavra” em português. O termo “*ónoma*” agrupa desde nomes próprios, substantivos, adjetivos e até mesmo verbos e, no *Crátilo*, Platão fará uso indistinto dele ao referir-se tanto a uns quanto a outros, chamando-os todos por “ὄνομα”<sup>7</sup>. Assim como estabelecemos a relação entre “correção” e “verdade”, é necessário ter em mente que, quando Platão se refere a “nomes” no *Crátilo*, é possível entendermos apenas “palavra”.

Quanto à sua estrutura, o diálogo pode ser comodamente dividido em três partes: a primeira é a discussão entre Sócrates e Hermógenes (383a-391b3); a segunda, conhecida como a parte etimológica do *Crátilo* (391b4-427d3) e a terceira, com a discussão entre Sócrates e Crátilo. Para os propósitos desse artigo, nossa atenção estará na primeira e na terceira parte do diálogo.

<sup>6</sup> Uma descrição mais precisa de Hermógenes e sua ligação com Sócrates pode ser encontrada em DELIBES1(999).

<sup>7</sup> No *Crátilo*, o termo *ónoma* designa adjetivos (*Crat.* 416a, 417c), verbos no infinitivo (*Crat.* 414a-b, 424a) e participios (*Crat.* 421c).



## 1 O ORÁCULO DE CRÁTILLO

As duas teses de nomeação são apresentadas já nas primeiras linhas do diálogo. A primeira, defendida por Crátilo e apresentada por Hermógenes em 383a, sustenta a existência de uma correção “concebida por natureza” (φύσει πεφυκυϊαν). A expressão, formada a partir de duas formas do verbo “φύω” (brotar, fazer crescer), constitui a essência da tese de Crátilo. Nela, a relação entre o nome e a coisa nomeada se manifesta por algo inerente ao nome e somente por ele pode ser revelado. Além disso, essa correção se dá tanto entre os gregos, quanto entre os bárbaros, dando à chamada tese naturalista de Crátilo um caráter quase universal (NASTA, 2014), já que é atribuída à relação nome/coisa<sup>8</sup> em qualquer língua pela qual se manifeste.

A tese reivindicada por Hermógenes afirma que a correção dos nomes se dá por “convenção e acordo” (συνθήκη και ὁμολογία)<sup>9</sup>. Nesses termos, sua teoria afirma a possibilidade de atribuir qualquer nome a qualquer coisa, exemplificado pelos nomes dados aos escravos, cuja mudança para outro nome poderia ser feita sem que houvesse qualquer prejuízo tanto para a coisa nomeada, quanto para aquele que nomeia. Assim como na tese defendida por Crátilo, a defesa do convencionalismo na atribuição dos nomes também pretende ser universal, embora ela tenha o homem como limitação.

Entretanto, a tese naturalista defendida por Crátilo também é descrita pela negação dos princípios da teoria convencionalista de Hermógenes, isto é, aquilo utilizado para nomear as coisas por convenção (συνθέμενοι), não é um nome. Para Crátilo, nome dado a Hermógenes não é “Hermógenes”, pois não é um nome correto por natureza, enquanto tanto o seu nome quanto aquele dado a Sócrates são corretos, pois revelariam a natureza de seus possuidores. Embora ele não explique o porquê dessa correção, é interessante observar a semelhança entre os dois nomes, Sócrates e Crátilo, verificada em “-krat”, do grego “κράτος”,

---

<sup>8</sup> A relação “nome/coisa” deve ser entendida como a denominação de tudo aquilo que existe ou possa existir, e não somente da “coisa” como um objeto, ou seja, o uso do termo se estende a domínios diversos, além daqueles limitados materialmente.

<sup>9</sup> *Crat.* 384d.



cujo significado é “poder” ou “autoridade”. No entanto, saber qual poder ou autoridade seriam esses comuns a Sócrates e Crátilo, reveladores da sua natureza, ou por que o nome de Hermógenes não é aquele que lhe foi atribuído, permanece oculto no diálogo, pois Crátilo não dá nenhuma pista capaz de desvendar sua linguagem oracular.

Entretanto, Hermógenes reconhece nesse “oráculo” (τὴν μαντείαν) um tratamento irônico por parte de Crátilo, embora não seja capaz de reconhecer a ironia socrática ao explicá-lo. Para Sócrates, o nome “Hermógenes” denota uma ascendência divina, de Hermes, deus conhecido por sua relação com o ganho e a riqueza, e Hermógenes, em contrapartida ao seu rico irmão Cálidas, é pobre e não teria sido o herdeiro dos bens paternos. Em sua interpretação do oráculo, Sócrates acredita ser impossível denominar-lhe desse modo, pois, se não existe ligação natural entre Hermógenes e Hermes, também não existe um vínculo entre ele e seu nome<sup>10</sup>. É importante ressaltar a ironia de Sócrates nessa passagem, pois, se ele não assim o fosse, sua posição no diálogo em relação a Hermógenes seria contraditória, já que ele se refere o tempo todo a ele por “Hermógenes”.

Entretanto, Sócrates não arbitrará a favor de uma tese ou outra. Seu posicionamento já está claro em sua primeira fala no diálogo, ao mencionar Pródico de Céos<sup>11</sup>, que ensinaria algo sobre a correção dos nomes ao preço de cinquenta dracmas. Não dispondo do valor, e talvez de interesse para tal exibição, Sócrates propõe investigar o que ele teria aprendido com a exibição de uma dracma, a saber, “a verdade acerca da correção dos nomes” (τὴν ἀλήθειαν περὶ ὀνομάτων ὀρθότητος). Assim, o que se investiga no diálogo é essa “correção dos nomes”, essa verdade dos nomes cuja unicidade temática – a descoberta de sua verdade – manifesta-se na multiplicidade oriunda dessa mesma unicidade, ou seja, a infinitude dos nomes existentes, levando-nos a entender esses dois termos como análogos, ou seja, onde o termo “correção” é empregado por Sócrates, devemos entender que ele fala da “verdade” dos nomes, concepção diferente daquela apresentada por seus interlocutores.

---

<sup>10</sup> Além dessa relação com os bens materiais, o nome “Hermes”, por extensão de sentido, significa aquilo que é difícil de interpretar, obscuro ou inteligível, de onde poderíamos deduzir que o comportamento “oracular” de Crátilo em relação ao seu nome talvez se justifique por tal dificuldade de compreensão.

<sup>11</sup> Conhecemos Pródico de Céos do diálogo *Protágoras*, onde ele é apresentado como um especialista na arte dos sinônimos.



Em resumo, as duas teorias podem ser assim apresentadas: ambas tratam da relação nome/coisa e o seu modo de atribuição (natural ou convencional); ambas se exemplificam através de nomes próprios (os nomes dados aos personagens do diálogo e os nomes dados aos escravos), e ambas levam em consideração aquele que nomeia, ou seja, gregos ou bárbaros, Crátilo ou Hermógenes). A diferença entre elas, entretanto, são suas bases: uma está centrada no conceito de *phýsis* (natureza) e a outra, no conceito de *nómos* (costume).

O termo *phýsis* encontra suas primeiras definições desde Homero e também entre os filósofos pré-socráticos. *Phýsis* indica aquilo que por si brota e por si cresce, surgindo como princípio de tudo, permitindo a compreensão dos seres em diversos aspectos, tanto divinos quanto humanos. Assim, as relações humanas (nas cidades, com os deuses e com o cosmo) eram explicadas com base nesse preceito original, de onde as coisas surgem (MURACHCO, 2015).

Quanto ao termo *nómos*, seu primeiro sentido é “costume”, “uso” e, posteriormente, a “lei escrita”. A oposição entre os dois termos é clara: o *nómos* tem algo de convencional, de arbitrário, equivalente a algo artificial e que não se mantém da mesma forma, ligada sobretudo ao homem; a *phýsis*, por sua vez, revela-se como algo imutável, independente da influência humana, agindo de maneira autônoma.

Retomando o diálogo, Hermógenes reformula sua tese e nega a atribuição natural dos nomes às coisas. A correção dos nomes, para ele, se dá apenas “por costume e por uso dos que o empregam e estabelecem o uso do nome” (*ἀλλὰ νόμῳ καὶ ἔθει τῶν ἐθισάντων τε καὶ καλούντων*), ou seja, ao identificar um objeto, um falante qualquer pode selecionar um termo em seu vocabulário e atribuir-lhe como nome e, se desejar, logo em seguida mudá-lo para outro. Embora Hermógenes seja categórico em sua afirmação, ele não se mostra confiante, pois ele se diz disposto a aprender e a ouvir, quer com Crátilo, quer com qualquer outro, caso exista um outro modo de correção.

Para refutar a tese de Hermógenes, Sócrates também estabelece algumas bases para a sua exposição: primeiramente, deve-se definir o nome que, para seu interlocutor, é “aquilo por que uma coisa é chamada”. Em seguida, verificar a existência de algum tipo de variação



entre a forma como nomeiam um indivíduo particular (*ιδιώτης*) ou uma cidade (*πόλις*)<sup>12</sup>. Entretanto, o convencionalismo de Hermógenes se mostra inconsistente ao admitir como premissa a modificação do nome atribuído pelo indivíduo, pois ela se afasta do padrão aceitável pela “convencionalidade” socrática dos nomes, em que deve haver uma convenção pública. Sócrates refutará tal raciocínio admitindo um relativismo na atribuição dos nomes, variável de indivíduo a indivíduo e de cidade para cidade, assimilado à tese do homem-medida de Protágoras. Entretanto, antes de contestá-lo, um outro argumento é intercalado: a possibilidade do discurso verdadeiro ou falso.

## 2 SOBRE A VERDADE E A FALSIDADE NOS NOMES

O tema do discurso falso e do discurso verdadeiro surge em três partes distintas do *Crátilo*. Além da tratada agora, ele será apresentado na discussão sobre as etimologias dos deuses “Hermes” e “Pan” e na argumentação final entre Sócrates e Crátilo<sup>13</sup>. Na primeira passagem, o argumento não trata apenas do discurso como um todo (*ὅλος*), mas também de suas partes (*τὰ μέρη*)<sup>14</sup>. O argumento de Sócrates se baseia na possibilidade de alguém dizer algo verdadeiramente ou falsamente (*τι ἀληθῆ λέγειν καὶ ψευδῆ*), ou seja, na existência de um discurso verdadeiro (*λόγος ἀληθής*), e outro falso (*λόγος ψευδής*). Logo, o discurso que diz como são os seres (*ὡς ἔστιν τὰ ὄντα*) seria verdadeiro, e o seu contrário, que diz como eles não são (*ὡς οὐκ ἔστιν*), seria falso. O discurso, nesse caso, abriria duas possibilidades: a primeira, dizer aquilo que é, a outra, aquilo que não é. Segundo Sócrates, o discurso, tomado como um todo, permite que isso ocorra. No entanto, ele vai além ao afirmar que também o nome, por ser a menor parte do discurso (*λόγου μικρότερον μέρος*), também é enunciado (*λέγεται*)<sup>15</sup>, ou de modo verdadeiro, ou de modo falso e, uma vez atribuído, passa a ser o nome da coisa nomeada. Apesar da concordância de Hermógenes, o argumento gera algumas dificuldades.

<sup>12</sup> *Crátilo*, 385a.

<sup>13</sup> *Crátilo*, passagem, *Crátilo*, passagem, respectivamente.

<sup>14</sup> A questão da divisão entre o “todo” e a “parte” é discutida em detalhes no *Teeteto*, 204a e ss.

<sup>15</sup> Para os usos desse verbo no diálogo, cf. xxx.



A primeira refere-se ao nome dizer a coisa como ela é ou como ela não é. Ora, “dizer” como “o nome é”, é descrever o ser nomeando-o de forma verdadeira; o contrário, dizer como ele não é, é descrevê-lo de forma falsa. O nome traria consigo então a descrição do ser e, dessa descrição, resulta uma dificuldade ontológica: fazer com que Hermógenes aceite, como ele de fato aceita, a possibilidade de descrever um ser por meio de seu nome, quer ele seja verdadeiro ou falso. Nesse contexto, Hermógenes está, na realidade, concordando com a possibilidade de dizer o não-ser, embora saibamos que a atribuição do ser ao não-ser só se resolve no diálogo *Sofista*, na célebre cena do parricídio<sup>16</sup>. Entretanto, segundo Goldschmidt (1940), o argumento da falsidade nos nomes se resolve ao considerarmos que o nome isoladamente não pode ser verdadeiro nem falso, mas que ele participa da verdade e do erro apenas no conjunto do discurso, legando então ao discurso o poder de ser falso ou verdadeiro do discurso e não ao nome.

Constatamos, então, que há uma espécie de justificativa à teoria de Crátilo nesse argumento, relativa à sua afirmação inicial de que “Hermógenes” não seria o nome de Hermógenes. Uma vez que há a possibilidade de atribuir um nome a algo de maneira falsa, Crátilo teria razão ao afirmar que o nome de Hermógenes não seria correto. Entretanto, essa é uma justificativa socrática, pois para Crátilo é impossível existir um nome atribuído falsamente, mas como este está confinado ao silêncio, é necessário aguardar sua vez de falar. Contudo, podemos entrever que a defesa socrática da correção natural do nome não se mostrará tão condizente com a formulação inicial de Crátilo.

Admitida a possibilidade do falso e do verdadeiro nos nomes, Hermógenes reforçará a sua tese partindo do princípio anteriormente negado por ele, ou seja, a existência de uma convenção pública:

Eu ao menos, Sócrates, não conheço outra correção do nome que esta: cada coisa pode ser chamada por mim pelo nome que eu atribuí, e por ti por um outro, que tu atribuíste. Desse modo, [e] também vejo, às vezes, cada uma das cidades atribuindo nomes distintos às mesmas coisas, tanto os gregos diferentemente de outros gregos, quanto estes dos bárbaros. [385d-e]

---

<sup>16</sup> *Sofista*, passagem,

Revista Paranaense de Filosofia, v. 2, n. 1, p. 170 – 193, Jan./Jun., 2022.

ISSN: 2763-9657

Universidade Estadual do Paraná



A premissa da atribuição particular ou coletiva estabelecida por Sócrates é retomada por Hermógenes, quando ele alega que a arbitrariedade do nome pode estar tanto na maneira como ele ou Sócrates nomeiam, quanto entre os gregos, que o fazem diferentemente de outros gregos e estes dos bárbaros. Hermógenes, para justificar a sua tese – e podemos ver aqui outra sutileza platônica para fazer com que Sócrates continue a refutá-lo – a conduz para fora dos muros de Atenas, talvez por saber que seria impossível a Sócrates conhecer a forma de nomear entre os bárbaros, já que ele jamais havia deixado a cidade. A tentativa de exteriorizar os preceitos de sua tese será contestada por Sócrates pela via contrária, ou seja, pela interiorização conceitual que ele promoverá ao refutar da tese de Protágoras.

A tese de Protágoras diz que o homem é “a medida de todas as coisas” (πάντων χρημάτων μέτρον εἶναι ἄνθρωπον)<sup>17</sup>. Admitir essa tese denuncia um relativismo variável de indivíduo a indivíduo, ou seja, tal como cada um visse a verdade de uma coisa, tal essa verdade apareceria para ele. Hermógenes afirma encontrar-se em aporia em relação aos dizeres de Protágoras, e Sócrates o fará ver porquê: a tese será explicada a partir da divisão entre homens nobres e vis, sensatos e insensatos e, assim como as coisas lhes pareçam ser, assim elas pareceriam. Ora, se a verdade é para cada indivíduo aquilo que ele pensa ser a verdade, como realmente saber o que é a verdade, se os seres não se assemelham a si mesmos, sendo uns sensatos e nobres, e outros insensatos e maus?<sup>18</sup>. De que forma a verdade proferida por um insensato é tão verdadeira quanto àquela proferida pelo sensato? Como um nome, proferido por quem quer que seja, revelará a verdade da coisa nomeada, se essa muda de homem para homem, todos eles afirmando aquilo que lhes parece ser a verdade? Diante dessa impossibilidade, é necessário afastar-se dos dizeres de Protágoras para a continuidade da investigação.

Mas Protágoras não será o único a ser refutado. A posição sustentada por Eutidemo<sup>19</sup>, a saber, que as coisas são semelhantemente e sempre para todos, também será recusada por

---

<sup>17</sup> Uma versão mais completa dessa tese é apresentada em *Teeteto*, 152a.

<sup>18</sup> Em *Protágoras*, 290 a fórmula apresenta uma pequena variação: 290 “todas as suas crenças são verdadeiras para você e todas as minhas crenças são verdadeiras para mim, não importando se eu nomeio um objeto com um nome e outra pessoa com outro nome”. Não existe, pela tese protoariana, alguém que seja mais sábio do que outro, assim como não há, em nossa passagem, alguém que seja mais sensato que outro.

<sup>19</sup> *Eutidemo*, 293cd e 297e e ss.



Hermógenes. Platão não entra em detalhes sobre os dizeres de Eutidemo, nem sobre a sua formulação, mas a utilizará para concluir que as coisas possuem uma essência estável (*οὐσίαν ἔχοντά τινα βέβαιόν ἐστι τὰ πράγματα*) independente da imaginação dos homens, dado que elas possuem uma essência que é por natureza (*οὐσίαν ἔχοντα ἥπερ πέφυκεν*), dando crédito a Crátilo.

### 3 O LEGISLADOR DOS NOMES

Para justificar que as coisas possuiriam uma essência estável e por natureza, Sócrates leva o conceito de estabilidade ao campo das ações (*πράξεις*), ou seja, dentre as diversas atividades desenvolvidas pelo homem, a realização delas há de ser segundo a natureza (*κατὰ τὴν φύσιν*), e os exemplos dados para essas ações são o cortar e queimar. Para cada uma delas, existiria um modo correto e natural de ser realizada, ou seja, cada coisa deveria ser cortada ou queimada a partir desse modo natural<sup>20</sup>, conferindo-lhes um modo eficiente de realização. Em contrapartida, se cortada ou queimada contra a natureza (*παρὰ φύσιν*) não desempenharia bem o papel proposto, isto é, a plena realização de sua função.

Para Sócrates, se as ações como “cortar” e “queimar” devem ser realizadas de modo natural, também há de existir um instrumento que lhe é concebido naturalmente, com o qual a ação será realizada. Ora, o “falar”, se for tomado como uma ação, também deverá ser realizado de maneira natural e com o instrumento que lhe é natural. Para ações como o tecer ou o furar existiria um instrumento com o qual a ação se faz bem: para tecer, uma lançadeira que separa e distingue os fios da trama e, para furar, um furador. Assim, também para o “falar”, deve existir também um instrumento pelo qual a ação é realizada, e esse instrumento é o nome. Sócrates então afirmará, em 388b, que o nome é um “instrumento” (*ὄργανον*) cuja função é “distinguir a essência e ensinar uns aos outros”. Semelhante à lançadeira, que separa os fios da trama, o nome é um instrumento mediador por meio do qual é possível discernir as coisas que são.

---

<sup>20</sup> *Crátilo*, passagem.



Após essa definição de nome, Platão insere na discussão o tema da tecnicidade, isto é, o instrumento (ou o nome) deve ser criado por alguém capacitado para fazê-lo, além de existir alguém que faça bom uso dele. Assim, é necessário existir alguém que possui a técnica (ὁ τὴν τέχνην ἔχων) para construir e utilizar determinado instrumento, e Sócrates retoma os exemplos dados: a lançadeira deverá ser utilizada por um tecelão que, por sua vez, depende do trabalho do carpinteiro, construtor do objeto e possuidor da arte, ou técnica; o usuário do furador depende do trabalho do forjador que produz, com arte, o objeto a ser utilizado; da mesma forma, o instrutor (ὁ διδασκαλικός) fará bom uso do nome, que deve ter sido criado por quem possui a arte. Mas quem pode ser considerado como o artesão dos nomes que, uma vez os tendo feito, os atribuiu às coisas?

Diante da ignorância de Hermógenes em reconhecer esse artífice, Sócrates o indaga se não seria o costume (ὁ νόμος) o responsável pela sua transmissão, e a resposta de seu interlocutor vem sob a forma de um simples “é provável”. Ora, não deveríamos esperar aqui uma resposta tão vacilante de Hermógenes, dado que o *nómos* é o pilar da tese convencionalista defendida por ele. Nessa passagem, Platão joga com os dois significados de *nómos*, entendido por “lei” ou por “costume”. Creio que esteja em questão o primeiro sentido, pois, do contrário, a resposta de Hermógenes não seria marcada pela indecisão, uma vez que esta é a posição defendida por ele desde o início do diálogo. Logo, a tradução aceitável para *nómos* é “lei”, pois aqui é introduzido o legislador dos nomes, (ὁ νομοθέτης)<sup>21</sup>, que se confunde agora com a função do artesão. Em resumo, o argumento pode ser assim esquematizado:

AÇÃO (tecer, falar) → INSTRUMENTO (lançadeira, nome) → USUÁRIO (tecelão, instrutor)  
→ ARTESÃO (carpinteiro, legislador dos nomes).

---

<sup>21</sup> A posição defendida aqui é diferente da apresentada por SEDLEY (2003, p.69): “[...] em vez de pensar em legislação literal, parece melhor, nessa fase, associar o componente *nomos* presente em *nomothetes* com o *nomos* no sentido familiar de “costume” ou “convenção” e assumir que a sua escolha está, pelo menos em parte, em deferência com a atribuição de nomes de Hermógenes da mera convenção.



Uma vez que cada instrumento é concebido por natureza para a fabricação de cada objeto, o nome também deverá ser concebido por natureza para nomear as coisas, e essa conclusão surge da “forma do nome” (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος). Se o criador de qualquer instrumento contempla “a forma em si” do instrumento fabricado, por exemplo, “a lançadeira em si” (αὐτὸ ὃ ἔστιν κερκίς), ele poderá criar outro instrumento a partir dessa forma, caso esse instrumento se quebre. O legislador dos nomes, por sua vez, deverá contemplar aquilo que é “o nome em si” (αὐτὸ ἐκεῖνο ὃ ἔστιν ὄνομα) e, a partir dessa forma, criar os outros nomes.

Entretanto, além de reconhecer o criador dos nomes, Sócrates também evidencia o seu usuário, ou seja, o conhecedor da forma adequada de cada objeto. Assim como para o fabricante de liras, cujo conhecedor da forma adequada é o citarista, quem saberá a forma adequada de um leme produzido por um carpinteiro será o piloto; da mesma maneira, aquele que saberá quem fará bom uso do nome, criado pelo legislador, será quem melhor fará uso dele, ou nos dizeres de Sócrates, “o homem hábil em perguntar e responder” (τὸν δὲ ἐρωτᾶν καὶ ἀποκρίνεσθαι ἐπιστάμενον)<sup>22</sup>, ou seja, o dialético, (διαλεκτικόν). Segundo Sedley,

Aqui Sócrates insistirá que, para fazer seu trabalho corretamente, o criador de nomes precisa desse educador ou dialético como seu supervisor. O princípio geral aplicado é que cada fabricante deve ser supervisionado e aconselhado pelo potencial usuário do artefato em questão, o único que pode julgar se o artesão impôs a forma adequada ao seu materiais. (SEDLEY, 2003, p.63)

Ora, ao afirmar que o potencial usuário dos nomes é o dialético, Platão limita o bom uso dos nomes àqueles que buscam da verdade, excluindo, portanto, os sofistas (ou os representantes da tese convencionalista de Hermógenes), que os empregam a fim de persuadir o ouvinte a aceitar o que eles consideram como verdade.

Além da relação criador/usuário, Sócrates menciona o tipo de material empregado por cada artesão na elaboração de seu instrumento. Assim como o tipo de madeira empregado pelo carpinteiro para a confecção de uma lançadeira não será importante, pois o que está em

---

<sup>22</sup> Sócrates retoma essa ideia em 398d, ao tratar da etimologia de “heróis”: “se chamam heróis ou porque eram sábios, hábeis oradores e dialéticos, sendo capazes de *interrogar* (erôtân) e de *falar* (eirein).



questão é o modo como o instrumento será produzido e utilizado, a atribuição do nome também não considerará “as letras e as sílabas” (τὰ γράμματα καὶ τὰς συλλαβάς) utilizadas em sua composição, pois o que deve prevalecer é a forma primeira, aquela contemplada por seu criador.

A partir dessas analogias, Sócrates conclui que a criação e atribuição do nome (ἡ τοῦ ὀνόματος θέσις) não pode ser feita por qualquer um, mas por aquele que conhece a forma natural de concebê-los e atribuí-los às coisas, dando razão à tese natural de atribuição dos nomes de Crátilo. Entretanto, essa concordância é apenas aparente, pois Sócrates, na realidade, está refutando a tese convencionalista de Hermógenes, e não defendendo explicitamente a tese naturalista de Crátilo. Ora, se a atribuição do nome não pode ocorrer por acaso e nem pode ser feita arbitrariamente, pode-se dizer que a teoria convencionalista de Hermógenes foi refutada em quase sua totalidade por Platão.

#### 4 O SILENCIO DE CRÁTILLO

Após se esgotarem as possibilidades de análise dos nomes na extensa seção etimológica, Sócrates conclui, face a Hermógenes, que seria essa a correção dos nomes, exceto se Crátilo, que em sua audiência silenciosa teve a chance de acompanhar todo o debate e dele tirar suas próprias conclusões, tenha algo a dizer acerca do que foi exposto. Estruturalmente, a terceira parte do diálogo apresenta algumas semelhanças com a primeira. Inicialmente, é Sócrates que, com a anuência de Hermógenes, convida Crátilo a fazer parte da discussão.

A princípio, Hermógenes retoma sua (indis)posição inicial com Crátilo, incitando-o, na presença de Sócrates, a expor aquilo que ele realmente crê ser a correção dos nomes. Discutir a questão de modo tão repentino suscita em Crátilo uma hesitação injustificável, pois ele foi testemunha de toda a conversa até aqui. Sócrates também o encoraja a falar, pois lhe parece que Crátilo, além de ter investigado pessoalmente a respeito da correção dos nomes, pode ter algo melhor a dizer sobre o assunto.



No início do diálogo, Sócrates definiu como função dos nomes, além da distinção dos seres, a capacidade de ensino entre eles. Aqui a questão do aprendizado é retomada, quer na frase de Crátilo – “aprender e ensinar uma coisa qualquer que longe de ser pequena, está entre as mais importantes” – quer na fala de Sócrates, que ironicamente se mostra disposto a tornar-se um de seus discípulos sobre a correção dos nomes.

Apesar de reafirmar o seu interesse pela questão e concordar com a possibilidade de tornar Sócrates seu discípulo, Crátilo teme que ocorra justamente o contrário embora demonstre total aprovação ao que foi dito na seção etimológica, qualificado por ele mesmo como uma linguagem oracular, cujo responsável pode ter sido Êutifron ou alguma outra Musa<sup>23</sup> que habitara em Sócrates sem que dela ele tivesse conhecimento.

Sócrates mostra a insuficiência do exame que precedeu a entrada de Crátilo na discussão e propõe a sua continuidade, ironicamente surpreso pela desconfiança que ele próprio de sua própria sabedoria, afirmando ser necessário seguir os dizeres do poeta e ver “ao mesmo tempo atrás e adiante”. É interessante notar que, no momento exato em que a questão oracular é posta, para lembrar daquilo que Crátilo (não) expusera a Hermógenes no início do debate, Sócrates alega sua ignorância, referência clara à máxima délfica oracular “tudo que sei é que nada sei”.

O argumento se inicia pela concordância de Crátilo sobre a existência de uma correção do nome que “mostrará como é a coisa”, e cuja finalidade é a instrução. Essa mesma correção é uma arte que, como as outras existentes, possui seus artífices, mas, diferentemente da analogia feita por Sócrates anteriormente, em que o objetivo era mostrar uma certa relação de naturalidade entre aquele que produz um objeto, o material do qual ele é feito e o seu usuário, a intenção aqui é qualificar a competência destes criadores que, em relação aos nomes, lembra Crátilo, são chamados “legisladores”.

---

<sup>23</sup> Goldschmidt relaciona essa Musa a Heráclito, referindo-se ao diálogo *Sofista*, em que Platão qualifica assim o efésio. Por outro lado, Barney (1988, p. 86) relaciona o aparecimento dessa Musa, fonte de inspiração, ao excurso apresentado no livro II da *Iliada*, na descrição do catálogo das naus, como um escopo que “representa um material demasiado para um mortal, cuja exaustividade é uma questão necessária”. Dessa forma, a autora justifica não apenas a inspiração apresentada na parte anterior do diálogo, mas também a sua longa duração.



A argumentação prossegue comparando a atividade desses legisladores àquelas como a pintura e a arquitetura, em que, havendo aqueles que são melhores ou piores, o resultado há de ser uma obra melhor ou pior. O legislador também, ao atribuir um nome, poderá tê-lo feito de um modo melhor ou pior. Crátilo concorda facilmente com o modo melhor ou pior de realizá-las, mas a nega que isso se dê em relação aos nomes. Para ele, não pode existir um nome atribuído de maneira incorreta, pois todos os nomes são atribuídos corretamente, o que torna ainda mais obscura sua teoria de nomeação, pois Crátilo o que ele entende por nome.

No entanto, a natureza da coisa nomeada é exemplificada no deciframento do oráculo de Crátilo pronunciado no início do diálogo, quando se afirmou que “Hermógenes” não era o nome de Hermógenes. Embora Sócrates tivesse ironizado as suas condições financeiras para explicá-lo, é nesta parte da argumentação que ele proporá que um nome deve ser revelador da natureza do seu portador e, sendo revelador, será, portanto, verdadeiro: “Hermógenes” será o nome de Hermógenes, se Hermógenes, cuja natureza é ser da raça de Hermes, for um nome bem atribuído.

Entretanto, Crátilo recusa que “Hermógenes” seja o nome de Hermógenes, já que esse nome deveria ser atribuído a uma outra pessoa, àquela cuja natureza se fizesse visível no nome (ἡ φύσις [ἢ τὸ ὄνομα δηλοῦσα]). Esse é, a meu ver, o maior paradoxo da teoria de nomeação de Crátilo. Ora, se o nome “Hermógenes” não deve ser o nome atribuído a Hermógenes, o que o leva a utilizar “Hermógenes” quando ele quer referir-se a ele? Crátilo não está, ao utilizar o nome, utilizando-o de uma maneira falsa, que não revela a natureza de Hermógenes e, portanto, referindo-se a ele de um modo que ele não é?

Se aquele que diz “Hermógenes”, referindo-se a Hermógenes fisicamente presente, o diz de forma verdadeira, o que acontecerá àquele que, como Crátilo, se refere a Hermógenes tendo como princípio a sua descendência divina, sabendo que aquilo que caracteriza seu nome lhe descreve falsamente? Notemos que Sócrates joga com Crátilo ao passar da atribuição do nome – no sentido de nomear alguém ou algum objeto – para o dizer o nome, ou seja, referir-se ao homem ali presente. Nessa passagem, novamente é introduzido o tema da verdade e da falsidade nos nomes, dessa vez afastando-se da relação nome/coisa nomeada em direção ao



campo ontológico, ou seja, dizer como é ou não é a coisa nomeada, já que o nome revela a essência da coisa.

O argumento do dizer algo que não é, ou de atribuir o ser ao não não-ser, é tratado de maneira muito sutil por Sócrates, pois, segundo ele, são numerosos aqueles que antigamente defendiam a impossibilidade de dizer o falso. Duas questões surgem dessa sutileza: quando ele diz que são muitos que afirmam “a impossibilidade do falso”, provavelmente deve estar referindo-se à conversa descrita por Platão no *Parmênides*, em que essa proposição também é discutida. Por outro lado, sabemos que será no diálogo sobre o ser, no *Sofista*, que o filósofo elaborará a cena do “parricídio”, possibilitando a atribuição do ser ao não-ser, passagem célebre que tem como alvo o próprio Parmênides.

Entretanto, Platão não faz com que Sócrates refute ou encerre a discussão sobre o tema da falsidade nos nomes, embora o problema só seja solucionado adiante, no *Sofista*, após a distinção entre *nome* e *verbo*, ou seja, após a abordagem do tema da predicação. A introdução desse tema aqui, creio, antecede em suas bases a discussão do *Sofista*, primeiramente, porque aqui, uma vez que todos os nomes são definidos como “nomes”, não há ainda uma teoria de predicação – e é somente aí que se encontra a possibilidade de dizer o falso; se ainda não se definiu claramente o que é o nome, e se é possível alcançar a verdade através dele, não se pode atribuir-lhe esse “poder” de revelar a verdade ou a falsidade de algo.

Apesar de inconcluso, o argumento é bem construído por Platão. Para refutar a tese naturalista de Crátilo, Sócrates menciona a possibilidade de alguém, em terra estrangeira, dirigir-se a ele pelo nome de Hermógenes, utilizando um patronímico que não lhe pertence, isto é, chamar-lhe de “Hermógenes, filho de Esmícion”, ao invés de “Hermógenes, filho de Hipônico”. Ora, se não é possível dizer falsidades, pergunta Sócrates, é possível ao menos afirmá-las, enunciá-las ou dirigi-las a alguém? A resposta de Crátilo é que este estaria simplesmente fazendo barulho, emitindo sons vãos e sem significados, mesmo quando Sócrates levanta a possibilidade de se poder enunciar tais barulhos de maneira falsa ou verdadeira. A intransigência de Crátilo é notória. Não pode existir para ele a atribuição incorreta de um nome para qualquer que seja a coisa nomeada.



Apesar das tentativas socráticas de solucionar a questão da falsidade, e da irreduzibilidade de Crátilo em relação a elas, podemos dizer que a conclusão dos argumentos é apenas aparentemente aporética. Evidentemente, a introdução do tema sobre a verdade e falsidade, quer no nome ou no discurso, era necessária em um diálogo que, lembremos o início do diálogo, tem também como tema a discussão do *lógos* e, não discutir se o nome, como parte do discurso ou como discurso, pode ser verdadeiro ou falso, é não validar o método dialético, que também faz uso desses nomes para chegar à verdade do ser. Ora, chegar a essa verdade, através de instrumentos dos quais não sabemos se são verdadeiros ou não, levará Sócrates a propor uma reconciliação entre ambos. Uma vez que a solução do problema está além da discussão, Sócrates recorre a outro expediente para continuar a investigação, propondo que os nomes são imitações daquilo que nomeiam.

## 5 ONOMATOMIMESE

Uma teoria da imitação é então proposta e, de acordo com ela, os nomes podem ser diferentes das coisas que eles nomeiam, da mesma maneira que uma pintura também não corresponde fielmente ao objeto retratado. Com a anuência de Crátilo, o argumento é assim construído por Sócrates: é possível atribuir a pintura de um homem a um homem e a de uma mulher a uma mulher, e também o contrário, atribuir a pintura de um homem a uma mulher e a de uma mulher a um homem. Essas atribuições, ou distribuições, são possíveis para Crátilo, mas somente uma dentre elas é correta: aquela que atribui o semelhante e adequado ao semelhante e adequado. Ora, se podemos atribuir uma imagem a alguém que não lhe seja correspondente, também podemos fazê-lo com relação aos nomes e, se admitimos tal atribuição, também podemos admitir falar de tal maneira.

Sócrates afirma que a atribuição do semelhante ao semelhante não somente é correta em relação às pinturas, mas também em relação aos nomes, caracterizando-a como verdadeira, e o seu contrário, a do dessemelhante ao dessemelhante, falso. No entanto, para Crátilo, essa atribuição é correta e verdadeira somente em relação às pinturas, em que pode



haver a atribuição do não é semelhante à coisa, mas é impossível quando se trata dos nomes, uma vez que os nomes devem ser sempre corretos.

Sócrates leva então a argumentação ao campo da percepção, ao dizer que é possível apresentar à visão de um homem a imagem de uma mulher e dizer que esta é a sua imagem e, da mesma maneira, apresentar a imagem de uma mulher de um homem, e dizer-lhe que esta é a sua imagem. Ora, se o nome também é uma imitação da coisa nomeada, é possível apresentá-lo ao sentido da audição de um homem, dizendo-lhe que este é o seu nome, embora seja feminino e, da mesma maneira, apresentá-lo ao sentido da audição de uma mulher, dizendo-lhe que este é o seu nome, embora seja masculino. Essas duas atribuições são possíveis para Sócrates e também para Crátilo, o que os levam a concluir a possibilidade de uma atribuição do mesmo modo para os nomes. O discurso, que em seu conjunto corresponde a letras e sílabas, nomes e verbos, poderá ser composto de elementos inexatos, quando comparado às pinturas, cuja cor e forma podem ser inexatos. Uma pintura, por ausência de uma substância, pode ser mal atribuída, e o nome, por ausência de uma letra, também pode ser mal atribuído, e, portanto, falso.

De acordo com a passagem, existe duas formas de atribuição, uma verdadeira e correta, e outra falsa e incorreta. Se essa forma de atribuição é possível para os nomes, Platão nos dirá que o mesmo é possível também para as frases e, do mesmo modo, também o será para os discursos.

Levando para o campo dos nomes primitivos, ou seja, aquele aos quais não se pode mais remeter a outros, Sócrates fará como que Crátilo concorde que existe a possibilidade de, assim como nas pinturas, que imitam a essência das coisas, em que uma cor ou uma forma lhe era atribuída de forma exata ou inexata, também com relação às letras e sílabas que compõem esses nomes, alguns podem ter sido bem ou mal estabelecidos. Uma vez que esses nomes têm origem no trabalho do legislador de nomes, seria possível que também os legisladores, assim como os pintores, seriam uns bons e outros ruins e, por consequência, o produto do seu ofício, os nomes, seriam eles também mal ou bem estabelecidos.

Embora Crátilo tenha concordado até aqui com os pressupostos da atribuição incorreta das imagens, e por consequência dos nomes, ele insiste que um nome não pode ser



atribuído de forma incorreta, e para isso ele utiliza o mesmo argumento apresentado anteriormente por Sócrates: a possibilidade de inserir e retirar letras para compor os nomes. Ao afirmar que, acrescentando ou retirando letras, surgirá imediatamente um outro nome, diferente do colocado previamente, Crátilo contradiz a sua tese, e leva Sócrates a comparar sua colocação com os números, uma vez que esses sim, acrescentando ou retirando, apresentariam imediatamente outro (por exemplo, se tomarmos o seis, teríamos o sete se acrescentarmos um, ou o cinco se subtrairmos um).

É necessário então avançar na argumentação, e Sócrates fará isso tomando seu próprio interlocutor como exemplo. Se imaginarmos Crátilo e a imagem de Crátilo, com todas as suas características, teríamos Crátilo e sua imagem, ou dois Crátilos? Para Crátilo, seriam duas figuras distintas, e essa resposta é suficiente para que Sócrates continue sua refutação, pois, se a imagem não representa a mesma coisa da qual ela é imagem, o nome, enquanto imagem, também não se assemelharia à coisa nomeada pelas letras e sílabas, pois, se isso ocorresse, todas as coisas se tornassem duplas e não haveria como distinguir o que é o nome e o a coisa nomeada. Assim, Sócrates faz com que Crátilo concorde que um nome, enquanto imagem, pode ser ou bem ou mal estabelecido: bem, quando possuir todas as letras que lhe são adequadas, e mal, quando não as possuir. Contudo, apesar de concordar com tal argumento, Crátilo hesitará em dizer que possa existir um nome não fora bem estabelecido, embora concorde que o nome possa ser uma imitação da coisa nomeada.

Segundo o argumento por imitação, as letras que compõem os nomes primitivos devem assemelhar-se àquilo que nomeiam e Sócrates toma como exemplo a letra “r”, que convém ao “movimento e à alteração”, e também o “l”, que convém ao “liso”. Essas duas letras estão presentes em *sklērótēs*, cujo significado é “dureza”. Se considerarmos o que foi dito a respeito dos nomes primitivos, as letras finais destas duas palavras, o “r” e o “s”, indicam o movimento e a alteridade. Entretanto, Sócrates lembra Crátilo de que nessa palavra também há uma letra “l”, que indicaria o contrário da dureza. Crátilo, para escapar da armadilha em que Sócrates o joga, afirma que em vez do “l”, deveria ser pronunciado o “r”. Mas não há concordância entre ambos, quando alguém essa palavra, uma vez que Crátilo entende o que Sócrates quer dizer ao pronunciá-la? Crátilo demonstra seu consentimento, alegando que o



reconhecimento da pronúncia só se dá através do “uso” da palavra. Eis o suicídio de Crátilo! O “uso” afirmado por ele difere daquele que era o pilar da teoria convencionalista de Hermógenes? Diante do silêncio de Crátilo, Sócrates inferirá a necessidade de um expediente vulgar, a convenção, para o estabelecimento dos nomes.

Admitido que a convenção deva fazer parte na atribuição dos nomes, ou seja, após refutar quase completamente a tese naturalista, outro tema é introduzido no diálogo, o do conhecimento das coisas. Para Crátilo, uma coisa é precisamente aquilo que ela nomeia e, por isso, só se pode conhecer como ela é pelo nome que lhe é dado, ou seja, aquele que estabeleceu os nomes, conhecia de antemão as coisas que nomearia, pois do contrário, nem seriam nomes.

Sócrates vê um grande risco nessa afirmação, pois, se o legislador dos nomes tivesse se enganado ao estabelecer os nomes primitivos, todos os outros nomes derivados dele não poderiam também terem sido estabelecidos de forma inexata? Como resolver esse impasse face aos nomes primitivos, uma vez que só se poderia conhecer as coisas através de seus nomes, e esses ainda não haviam sido estabelecidos? Como resolver o paradoxo que a tese de Crátilo coloca, de que o legislador atribuiu os nomes com conhecimento, se só é possível conhecer os seres através de seus nomes?

Crátilo dirá que o estabelecimento dos nomes teria uma origem divina, de modo que, se foram atribuídos por um deus, eles devem estar necessariamente corretos. De fato, essa é a última alternativa à qual Crátilo pode recorrer, pois sua tese de atribuição natural dos nomes já está praticamente refutada. Resta, entretanto, uma outra questão a ser respondida: se o conhecimento dos seres deve ser feito sem o auxílio dos nomes, qual seria o melhor método de aprendizado: aprender a partir da imagem, que já se mostrou como falha, por não exibir exatamente aquilo que a coisa é, ou a partir da verdade, partindo das próprias coisas?

## 6 O SONHO DE SÓCRATES

Sócrates seguirá seu exame fazendo com que Crátilo atente ao que ele “muitas vezes tem sonhado” e as sutilezas dessa passagem merecem atenção.



Observe, admirável Crátilo, o que eu muitas vezes tenho sonhado. Acaso podemos dizer que existe algo belo e bom em si, e do mesmo modo para cada um dos seres, ou não? [439c]

Nesse trecho, o sentido do verbo sonhar parece estar além de uma atividade onírica, de onde se poderia tirar um sentido pejorativo, descrevendo aqueles em estado de sonolência. Sócrates inicia sua exposição afirmando que, para cada um dos seres, existe aquilo chamado de “o belo em si” e “o bom em si”, o que Crátilo concorda. A oposição se fará, entretanto, quando Platão se refere diretamente a Heráclito: os nomes, ao contrário de possuírem um estabilidade, tendem todos à mobilidade e ao fluxo, mas, o que é a coisa “em si”, eles devem possuir uma essência estável. Ora, se os nomes são instáveis, eles não podem ser atribuídos às coisas. As coisas, por sua vez, por fazerem parte de um mundo sensível e não serem as coisas “em si”, também são dotadas de movimento e mudam a sua forma, o que impediria o seu conhecimento. Como é possível, então conhecer algo que muda sempre de forma?

Para Sócrates, o conhecimento deve ser imutável, ou seja, nunca muda de forma e não se altera, pois só assim será sempre conhecimento. Em contrapartida, se essa forma de conhecimento muda, a coisa conhecida também muda, impossibilitando o conhecimento dela; mas se a coisa conhecida e o conhecimento dessa coisa se alterarem permanentemente, não será possível o conhecimento dessa coisa, nem aquele que a conheça. De modo contrário, se há aquele que conhece, haverá a coisa que é conhecida e, existindo ambos, haverá a possibilidade de conhecimento das coisas que são. As coisas que são, vimos, possuem uma essência estável e não estão à mercê do fluxo e do movimento, pois, se estivessem em tal condição, não seriam conhecidas, logo, não haveria conhecimento. No entanto, as coisas não podem ser conhecidas por seus nomes, pois esses são mutáveis e plenos de significados. Os nomes, se possuísem uma correção natural, como afirma Crátilo, teriam seus significados expostos como foram na seção etimológica, ou seja, poder-se-ia atribuir às coisas um significado qualquer, desde que a definição proposta se assemelhasse de alguma forma ao nome. Por outro lado, se os nomes possuísem uma correção convencional e arbitrária, tal como defendia Hermógenes, e se qualquer coisa pudesse ser chamada por qualquer nome, o



conhecimento delas também seria impossível, uma vez que, segundo a tese, se poderia alterar esse nome para um outro sem que se levasse em conta a coisa nomeada.

Os nomes, então, não devem servir como guias para que as coisas nomeadas sejam conhecidas. A busca, segundo Sócrates, deve ser feita em relação às “coisas em si”, ou seja, a sua essência, independentemente dos nomes atribuídos. Entretanto, procurar esse “em si” nas coisas nomeadas também não é válido, pois elas participam do mundo sensível e estão sujeitas a mudanças. Após essa conclusão, Platão faz ainda mais duas menções aos defensores do mobilismo: a primeira, pela boca de Sócrates, põe em dúvida se a argumentação condiz ou não com Heráclito e seus discípulos, o que pediria um exame continuado por parte de Crátilo e importaria uma dúvida em relação a seu sonho. Esse, por sua vez, diz ainda refletir sobre a conversa, mas continua pensando como Heráclito. É interessante notar que o final do diálogo, dramaticamente, revela as posições adotadas tanto por Sócrates quanto por Crátilo. Sócrates pede que Crátilo, levando Hermógenes em sua companhia, caminhe para o campo, ou seja, ponha-se em movimento, enquanto ele permanece imóvel vendo o deslocar de seus interlocutores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma leitura muito próxima do texto grego, procuramos mostrar, nesse artigo, como as teses acerca do tema “correção dos nomes” são articuladas por seus defensores no *Crátilo* e qual o posicionamento de Platão, através de Sócrates, perante essas duas teorias. Aparentemente, o filósofo parece tomar partido pela tese naturalista da correção dos nomes, defendida por Crátilo. Creio que o seu objetivo, na primeira parte do diálogo, foi demonstrar não as falhas que tal tese possuía, mas que o erro residia na maneira como seu interlocutor argumentava em sua defesa, o que fez com que Sócrates, de certo modo, a reformulasse tendo em vista os seus objetivos em relação aos nomes, ou seja, a busca pela sua “verdade”, termo que colocamos como sinônimo para “correção”, preceito das duas teses de nomeação.

Por fim, na análise da terceira parte do diálogo, que pôs em cena aqueles que teriam sido dois mestres de Platão, Sócrates conclui que, para atingir o conhecimento das coisas, ou



dos seres, é necessário conhecer o que são as coisas em si, e não tomar os nomes por guias, em uma tentativa de refutar a teoria mobilista de Heráclito, o que dissemos parecer contraditório, pois não há outro meio de realizar o método dialético senão através das palavras.



## REFERÊNCIAS

- DUKE, E. A., et al., *Platonis Opera*, tomus I, Oxford: Oxford University Press, 1995.
- FINE, G. “Plato on naming”. *The Philosophical Quarterly*, v. 27, n. 109, October, 1977.
- GOLDSCHMIDT, V. *Les Dialogues de Platon: Structure et méthode dialectique*. Tradutor: Dion Davi Macedo. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- HOEKSTRA M. SCHEPPERS F. “Όνομα, ρήμα et λόγος dans le Cratyle et le Sophiste de Platon. Analyse du lexique et analyse du discours”. *L'antiquité classique*, tomo 72, p. 55-73, 2003.
- KAHN, C. H. *Plato and the Socratic dialogue: The philosophical use of a literary form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MACKENZIE, M. M. “Putting *Cratylus* in his place”. *The Classical Quarterly*, n.1, v.36, p. 124-150, 1986.
- MURACHCO, H. G.. “O conceito de *physis* em Homero, Heródoto e nos pré-socráticos”. *Hypnos*, p. 11-22, 2015
- NASTA, M. “L’onomathète de la tradition et les appuis cratyliens de l’onomasia”. *Interférences*, vol. 7, , p. 1-19, 2014.
- SEDLEY, David. “*Plato's Cratylus*”. Cambridge *Cambridge Studies in the Dialogues of Plato*. 2003.

---

Recebido: 16/05/2022

Aprovado: 14/06/2022